

**Marcelo Neri** : O problema do Bolsa  
Família é chover no molhado. **Página A11**

# O debate da miséria



MARCELO  
CÔRTEZ  
NERI

O segundo turno da eleição presidencial oferece a oportunidade ímpar dos postulantes presidenciais detalhar e debater suas percepções, diagnósticos e propostas relativos às grandes questões brasileiras. Discuto aqui o que fazer? (e o que não fazer?) na área social, em particular no combate à miséria. Isto inclui: 1) o volume de gastos sociais (e a carga tributária associada); 2) a composição destes gastos entre setores tais como educação, saúde, previdência, assistência social entre outras; 3) as inovações no desenho e na operacionalização de cada uma destas políticas. Discutimos estes pontos sob a perspectiva estrita das políticas de transferência de renda do governo federal, que ocupam lugar de destaque no orçamento público brasileiro.

O Brasil continua a gastar muito e mal na área social, o que acaba por travar o crescimento da economia. Realizamos inovações como a criação e difusão de programas de transferências focalizadas e condicionadas de renda na linha das Bolsa Escola e etc, de FHC, integrados e expandidos sob a égide do Bolsa Família de Lula. Estes programas guardam a promessa de

combater a pobreza presente e futura, por subsídios cruzados à educação e à saúde voltados aos mais pobres. Por outro lado, continuamos a expandir aplicações em políticas menos efetivas, como as associadas aos reajustes reais do salário mínimo. Estas são políticas que guardam menor capacidade relativa de chegar ao pobre e de transformar a vida deles. Reajustes do mínimo reduzem nossa capacidade de fazer escolhas, pela irreversibilidade das cláusulas constitucionais que garantem a manutenção do poder de compra dos benefícios previdenciários ao longo do tempo.

Qual é o melhor mix de tipos de políticas de transferências de renda? Uma separação entre Previdência e Assistência Social e uma maior integração deste último componente a programas como o Bolsa Família poderia ajudar na consecução das melhores escolhas. Defendo que se coloque sob um guarda-chuva integrado o conjunto de transferências governamentais não-contributivas, como a aposentadoria rural e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), aos diversos programas que compõe hoje o Bolsa Família. É preciso também integrar no mesmo processo decisório ganhos reais conferidos a pensões e aposentadorias vinculadas ao salário mínimo. É tempo de se investir na qualidade (e não a quantidade) destas transferências. Com isto quero dizer: sua capacidade de chegar aos mais pobres e de transformar as suas vidas de maneira perseverante. O centro dos debates de up grades da políti-

ca social deveria ser buscar uma maior unificação das diferentes ações sociais. Esta é uma das chaves da especificação do Bolsa Família versão 2.0.

Os defensores do Bolsa Família tem tipicamente se aliado a política de reajustes reais do mínimo e enfrentado a oposição daqueles — por ótimos motivos — preocupados com a questões fiscal e educacional brasileiras. Na verdade, os apreciadores do Bolsa Família deveriam combater os do salário mínimo, com quem disputam recursos públicos escassos. Os verdadeiros aliados do Bolsa Família deveriam ser os defensores do erário público, como maneira fiscalmente mais efetiva de se chegar ao pobre — ou seja, de se fazer mais pelo social com menos recursos fiscais. Neste sentido, a meta recém-atingida, de atendimento de 11.1 milhões de famílias pelo Bolsa Família, deveria suscitar a pergunta de até onde ir com o programa. Eu gostaria de defender aqui que o tamanho chegou ao seu ideal e que devemos pensar em melhorar a qualidade, criando portas de saída do programa, seja pela emancipação da pobreza, seja por melhorias do cadastro, trocando beneficiários pouco pobres, ou não pobres, por beneficiários mais pobres excluídos do programa.

Outros aliados do Bolsa Família 2.0 seriam os defensores da causa educacional. Educação tem ocupado papel central no debate recente das transformações sociais possíveis, tal como a área de saúde ocupou na eleição presi-

dencial de 2002, motivo da candidatura de José Serra. Cristovam Buarque, com o seu adorável samba de uma nota só, e o surgimento de iniciativas da sociedade civil, como o Compromisso de Todos pela Educação, entre outros, colocam o tema como bola da vez das oportunidades de avanço. Complementarmente, os dados da última PNAD, ao mesmo tempo em que apontam uma melhora até certo ponto surpreendente dos indicadores sociais de renda, revela alguns dados preocupantes de deterioração do trabalho infantil e de evasão escolar na

---

### **O problema dos incentivos à escolarização fornecidos pelo programa Bolsa Família do atual governo é que eles parecem chover no molhado**

---

faixa etária logo acima da dos beneficiários do Bolsa Família.

O problema dos incentivos à escolarização fornecidos pelo Bolsa Família atual é que eles parecem chover no molhado. O programa dá incentivos às crianças de 7 a 15 anos a se matricularem e a frequentarem a escola. Este é um segmento onde a quase totalidade das crianças já estariam matriculadas, mesmo sem o programa. O Bolsa Família parece ser um bom programa de transferência de renda — que dá o peixe — mas não um bom programa edu-

cacional que ensina a pescar. Acho que dar atenção à pré-escola, às crianças de 4 a 6 anos, depois de 0 a 6 anos de idade, e criar uma contrapartida para que a mãe não só vacine a criança, mas ponha na pré-escola, é uma direção interessante, principalmente se combinada com programas de oferta de educação — como na passagem do Fundef para o Fundeb, ora em discussão.

Outro norte é o da melhora na qualidade da educação. O problema crucial hoje não é a frequência, ou estar matriculado. Frequentar a escola é importante, mas o que capta o efeito dessas duas coisas é a qualidade da educação, que é baixíssima no Brasil. Usar incentivos pecuniários para que as crianças fiquem mais tempo nas escolas e as motivem a melhorar o seu aprendizado pode ser interessante. Hoje temos à nossa disposição os resultados frescos do Prova Brasil, avaliação de proficiência representativa de cada escola pública. Criar sistemas de metas e de fornecimento de crédito social, baseado no desempenho auferido, pode ajudar na integração de oferta e demanda de educação. Outra extensão seria estender o incentivo do Bolsa Família para aqueles entre 16 a 19 anos continuarem a frequentar a escola.

---

**Marcelo Côrtes Neri**, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de "Retratos da Deficiência": "Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas" e "Ensaio sociais".  
E-mail: mcneni@fgv.br